

cominações legais, independente do recolhimento do imposto. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/10/2015. DATA DO ACÓRDÃO: 21/10/2015.

Acórdão n. 5137 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11042 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 642011510000777-0). CONSELHEIRA RELATORA: ANNA CAROLINA DE AZEVEDO NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular, constitui fato gerador do imposto. 3. Excede as atribuições do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, apreciar matéria relativa à constitucionalidade ou validade da legislação tributária, por força do inciso III do art. 26 da Lei Estadual n. 6.182/98. 4. A aquisição de mercadorias, destinadas ao uso/consumo ou à integração ao ativo fixo, efetuada de outra Unidade da Federação, configura fato gerador do ICMS - Diferencial de Alíquota, conforme premissa constitucional de eficácia plena e autoaplicável, amparada no artigo 155, §2º, inciso VII, "a" e VIII, da Constituição Federal. 5. Deixar de recolher ICMS - Diferencial de Alíquota, relativo à operação com mercadoria, oriunda de outra Unidade da Federação, destinada à integração ao ativo permanente do estabelecimento, na condição de ativo não regular, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais, independente do recolhimento do imposto. 6. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/10/2015. DATA DO ACÓRDÃO: 21/10/2015.

Acórdão n. 5136 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11040 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372012510001561-6)

Acórdão n. 5135 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11038 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 642012510001223-1)

CONSELHEIRA RELATORA: ANNA CAROLINA DE AZEVEDO NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não há que se falar em nulidade do AINF, quando o enquadramento legal for complementado através de diligência fiscal, com a devida ciência do sujeito passivo. Preliminar de nulidade rejeitada por unanimidade. 3. A aquisição de mercadorias, destinadas ao uso/consumo ou à integração ao ativo fixo, efetuada de outra Unidade da Federação, configura fato gerador do ICMS - Diferencial de Alíquota, conforme premissa constitucional de eficácia plena e autoaplicável, amparada no artigo 155, §2º, inciso VII, "a" e VIII, da Constituição Federal. 4. Deixar de recolher ICMS - Diferencial de Alíquota, relativo à operação com mercadoria, oriunda de outra Unidade da Federação, destinada ao uso/consumo do estabelecimento, na condição de ativo não regular, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais, independente do recolhimento do imposto. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/10/2015. DATA DO ACÓRDÃO: 21/10/2015.

Acórdão n. 5134 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11036 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372012510000830-0)

Acórdão n. 5133 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11032 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 372012510000829-6)

CONSELHEIRA RELATORA: ANNA CAROLINA DE AZEVEDO NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O local da prestação, para efeito de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é onde tenha iniciada a prestação. 3. Efetuar prestação de serviço de transporte, desacompanhado de documento fiscal hábil, em face do documento apresentado ter sido considerado inidôneo, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais, independente do recolhimento do imposto. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/10/2015. DATA DO ACÓRDÃO: 21/10/2015.

Protocolo 897118

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº: 04

DATA DE ASSINATURA: 09.11.2015

VALOR: R\$-6.283.673,49 (Seis milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: 10.11.15 a 09.11.16

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: Outros

JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo

CONTRATO Nº: 090

EXERCÍCIO: 2011

CONTRATADO: Saga Serviços de Vigilância e Transporte de Valores Ltda.

ENDEREÇO: Trav. do Chaco, nº 848 Bairro: Pedreira

CEP: 66083-180 Belém/PA

TELEFONE: (091) 3205 4622

ORDENADOR: Augusto Sérgio Amorim Costa

Protocolo 897071

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2015

O BANPARÁ comunica, aos interessados, o RESULTADO FINAL e HOMOLOGAÇÃO da licitação em epígrafe, considerada FRACASSADA.

Hellen Reis

Pregoeira

Protocolo 897162

RESULTADO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Tomada de Preços nº 001/2015

RESULTADO FINAL DE RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO SUPERIOR

O Banpará S/A, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL e Homologação Superior, julgou IMPROCEDENTE o recurso interposto pela Valleni e Souza Serviços de Edificação Ltda - EPP, mantendo a decisão de inabilitação da empresa recorrente.

Desde já, fica agendado o prosseguimento da sessão para o dia 12/11/2015 às 10h (horário local), na Sala de Licitações do Banpará.

A Comissão

Protocolo 896831

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº259/15 de 06.11.2015. A Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Estadual nº 6.063 de 25 de julho de 1997, alterada pela Lei nº 6.874 de 29 de junho de 2006, na Lei Federal nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, e no Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto Estadual nº 249 de 11/11/2011, em observância aos Arts. 32 e 34 da Lei nº 5.810/94, e no Art. 40, da Constituição do Estado. RESOLVE: Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Especial de Desempenho que considerou aprovado no estágio probatório o servidor, constante desta Portaria, a contar da data em que se deu o término do referido estágio, para o exercício do cargo efetivo, conforme processo 2012/531759. MARIO ALBERTO ROCA MARTINS NETO, matrícula 5902692/1, Assistente do Registro Mercantil, Conceito Excelente, CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 897114

PORTARIA Nº.261/15 de 10.11.2015 - Art. 1º EXONERAR a servidora Diane Maria Maués Viana Casanova, matrícula nº.5613604/7, Gerente de Projetos, GEP-DAS.012.3, a partir de 10.11.2015, conforme o Processo nº.2015/493465. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA - Presidente.

Protocolo 897186

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 256/15 de 06.11.2015. Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio de 30 (trinta) dias ao servidor Lauro Aranha de Sousa, matrícula nº. 2022192/1, Auxiliar Técnico do Registro Mercantil CL.B, no período de 04.01.2016 a 02.02.2016, referente ao triênio de 1993/1996, conforme Processo Administrativo nº 2015/439331. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 897096

PORTARIA Nº 258/15 de 06.11.2015. Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio de 30 (trinta) dias à servidora Maria do Carmo Palheta Silva, matrícula nº. 2022214/1, Assistente Administrativo A, no período de 04.01.2016 a 02.02.2016, referente ao triênio de 02/03/1995 a 01/03/1998, conforme Processo Administrativo nº 2015/465203. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 897103

FÉRIAS

PORTARIA Nº 257/15 de 06.11.2015. RESOLVE: Art. 1º ALTERAR o gozo de férias da servidora Maria Augusta Cruz de Sousa, matrícula nº 2022249/1, de 03.11.2015 a 02.12.2015, referente ao período aquisitivo de 01.09.2013 a 31.08.2014, para 10.02.2016 a 10.03.2016, conforme processo nº 2015/460647. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo 897100

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 582, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 0045/2015-GS de 28/01/2015, publicada no DOE nº. 32.820 de 02/02/2015 e, considerando o disposto no artigo 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e

Considerando ainda, os termos do Processo nº 2015/483377,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor HAROLDO ANTONIO COSTA BRABO DE CARVALHO, matrícula nº. 25070/1, ocupante do cargo Técnico D, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 12/11/2015 a 11/12/2015, correspondente ao triênio 1997/2000.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Planejamento, 10 de novembro de 2015.

FLÁVIA CHRISTIANE DE ALCÂNTARA FIGUEIRA

Diretora Administrativa e Financeira.

Protocolo 896850

CONTRATO

Contrato nº. 015/2015-SEPLAN

Objeto: aquisição de luminárias de emergência.

Data de assinatura: 09.11.2015

Vigência: 09.11.15 a 08.11.16

Valor do Contrato: R\$ 287,50(duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Dotação orçamentária: 19101.04.122.1297.4534

Elemento de despesa: 339030 Fonte: 0101

Origem do Recurso: Estadual

Contratado: AIHA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - EIRELI.

CNPJ: 10.428.493/0003-80

Endereço: Av. Teportil, nº 245, Galpão 01, Sala 02. Bairro Cordeiros. CEP 88.311-460. Santa Catarina.

Ordenadora: Flávia Christiane de Alcântara Figueira

Protocolo 896697

Contrato nº. 016/2015-SEPLAN

Objeto: recarga e manutenção de extintores.

Data de assinatura: 09.11.2015

Vigência: 09.11.15 a 08.11.16

Valor do Contrato: R\$ 629,50(seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos)

Dotação orçamentária: 19101.04.122.1297.4534

Elemento de despesa: 339030 e 339039 Fonte: 0101

Origem do Recurso: Estadual

Contratado: R.M LEÃO & FILHOS LTDA.

CNPJ: 14.480.878/0002-67

Endereço: Av. Presidente Vargas nº 137, Bairro Jaderlândia. CEP 68.745-000. Castanhal-Pa.

Ordenadora: Flávia Christiane de Alcântara Figueira

Protocolo 896701

Contrato nº. 017/2015-SEPLAN

Objeto: aquisição de placas de sinalização.

Data de assinatura: 09.11.2015

Vigência: 09.11.15 a 08.11.16

Valor do Contrato: R\$ 423,30(quatrocentos e vinte e três reais e trinta centavos)

Dotação orçamentária: 19101.04.122.1297.4534

Elemento de despesa: 339030 Fonte: 0101

Origem do Recurso: Estadual

Contratado: R.M LEÃO & FILHOS LTDA.

CNPJ: 14.480.878/0002-67

Endereço: Av. Presidente Vargas nº 137, Bairro Jaderlândia. CEP 68.745-000. Castanhal-Pa.

Ordenadora: Flávia Christiane de Alcântara Figueira

Protocolo 896703